

DIREITO A SAÚDE PARA QUEM? EXPERIÊNCIAS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NEGRAS NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Renata de Souza Silva

Assistente Social – SMS/Itaguaí. Mestre em Serviço Social pela PUC-RIO. E-mail: renatad.souzaa@gmail.com

Introdução: Atualmente o Brasil, figura nas primeiras colocações no ranking de países onde a população LGBT, em especial as travestis e mulheres trans – particularmente as negras – sofrem graves violações de direitos humanos, por comportarem em seus corpos mais de um tipo de opressão colonial, principalmente no que tange o acesso aos serviços de saúde. **Objetivo:** O presente estudo tem por objetivo central compreender a partir de um olhar interseccional, como se configura o acesso destas aos serviços de saúde, levando em conta como essas mulheres, como pessoas em situação de extremo risco social, buscam a efetividade de seus direitos, por meio de estratégias de sobrevivência. **Material e Método:** Utilizamos como técnica metodológica o grupo focal com 6 mulheres trans e travestis negras, a fim de valorizar a historicidade destas, dos significados/sentidos que atribuem às suas vivências, sentimentos, experiências, crenças etc., no acesso aos serviços de saúde pública. **Resultados e Discussão:** A discussão do referido estudo são fundamentadas pelas correntes teóricas do feminismo decolonial, interseccionalidade e do transfeminismo, por apreender que este percurso teórico permitiria contemplar as falas de mulheres tão invisibilizadas pelo processo da colonialidade de poder e de gênero que permanece até os dias atuais. Assumindo o pressuposto que a existência de uma política nacional de atenção à saúde integral da população LGBT não é garantia de acesso aos serviços de saúde por mulheres trans e travesti negra é demonstrada por meio da dificuldade que estas têm seu acesso aos serviços de saúde, devido à discriminação. Ao final do estudo foi possível vislumbrar que Política Nacional de Saúde Integral LGBT, é algo que não está presente efetivamente na realidade cotidiana da vida destas mulheres, considerando que ao tentarem acessar os serviços saúde não são atendidas dentro da complexidade de suas vivências plurais, mas sim por meio de uma lógica reducionista segregatória, que ao reproduz mais invisibilidade social. **Considerações Finais:** Nesse bojo, a promoção deste estudo possui forte viés social de combate ao preconceito e à discriminação que tanto sofrem as travestis e mulheres transexuais negras. Soma-se a sua intencionalidade afirmar, de uma vez por todas, que o direito à saúde é universal, assegurado por lei, e que nenhum usuário dos serviços pode ser tratado de maneira discriminatória e vexatória. Evidentemente, quando isso acontece, configura-se grave violação dos direitos humanos. **Contribuições para Saúde:** Nesse sentido, a promoção dos estudos científicos acerca dessa matéria favorece o surgimento de protocolos técnico-normativos para o atendimento das pessoas e resulta em um rompimento da visão heteronormativa racista que permeia tantas vezes as decisões políticas e sociais no que tange a garantia da igualdade de direitos.

Descritores: Mulheres Trans, Travestis Negras, Transfeminismo, Feminismo Decolonial, Saúde.